

ESTADO DE EMERGÊNCIA



Depois da declaração do estado de emergência, a população respeitou as recomendações da Direção-Geral de Saúde. O isolamento social é a melhor forma para atrasar o pico da pandemia. O Presidente do PSD reitera colaboração ao Governo neste combate, que “não é de um partido adversário, é o Governo de Portugal, que todos temos de ajudar neste momento”



pág. 4

PSD

PSD ACOMPANHA SITUAÇÃO DO PAÍS EM TEMPO REAL

José Silvano, secretário-geral do PSD, explicou que o contacto entre os membros da Comissão Permanente tem sido constante, por telefone, email e “WhatsApp”



pág. 8

PARLAMENTO

PSD APRESENTA SOLUÇÕES PARA COLMATAR LACUNAS DA PROPOSTA DO GOVERNO PARA A JUSTIÇA

Os deputados do PSD entregaram no Parlamento um conjunto de alterações referentes a prazos e diligências processuais no quadro do momento que estamos a viver



pág. 10

LOCAIS

PSD/MATOSINHOS QUER CENTRO DE RASTREIO E TESTES GRATUITOS EM LARES

O PSD/Matosinhos defende a criação de um ou dois centros de rastreio à Covid-19 e a realização de testes gratuitos aos utentes e colaboradores dos lares de idosos



JOSÉ CANCELA MOURA
Diretor do "Povo Livre"

ESPERAR, PARA SEGUIR EM FRENTE

Nunca, como neste momento, palavras como coragem e esperança fizeram tanto sentido.

Já sabemos que muita coisa correu mal e, à medida que a Direção-Geral da Saúde nos vai fornecendo dados diários atualizados, é previsível que fiquemos ainda mais preocupados. Cada morte é uma perda que nos toca. Cada doente internado nos cuidados intensivos é mais uma angústia para todos nós.

O PSD vai manter-se focado em "ser parte da solução e não oposição". Mas colaborar não significa ser colaboracionista. Não é possível ignorar ou pactuar com a mentira despudorada. Ouvir o Primeiro-Ministro, em direto, na televisão a afirmar que "até agora não faltou nada e não é previsível que venha a faltar o que quer que seja" é de uma arrogância incompreensível e de uma injustiça atroz para os profissionais de saúde que estão na primeira linha.

Há dias, o presidente do Sindicato Independente dos Médicos alertava para a falta de equipamentos no Hospital de Santa Maria: "Havia ontem internos a tratar de problemas de ventilação sem terem uma máscara para colocar no rosto, nem sequer das sequer cirúrgicas". Há notícias de profissionais de saúde a recorrerem a fatos de pintor e da improvisação de inúmeras indústrias para confeccionarem material de proteção individual.

Há iniciativas da sociedade civil para a recolha de material em falta, como a plataforma www.umpassoafrente.pt, e apelos desesperados, de cidadãos e de profissionais de saúde, nas redes sociais, a pedir a doação de máscaras, batas, fatos, óculos e viseiras, como aconteceu, nos últimos dias, no Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia e Espinho.

Também a Ordem dos Enfermeiros denunciou a obrigação imposta aos enfermeiros, em isolamento profilático, converterem esse período em dias de férias ou a descontá-lo no banco de horas extraordinárias. Enfermeiros que, tal como os médicos, trabalham até à exaustão, colocando em risco a própria vida e ainda vêm cerceados os seus direitos laborais? É este o reconhecimento público que merecem pelo que estão a fazer pelo País?

Ficar para mais tarde, o escrutínio da ação governativa.

Este é o momento para reunir forças e não esmorecermos no combate a um inimigo invisível. A pandemia veio para ficar por mais tempo do que alguns vaticinavam e cada dia que passa parece uma eternidade. Uma palavra de conforto ou uma estatística mais positiva perante notícias tão más, ajudam-nos a recuperar o ânimo. São também uma arma contra o medo. O vídeo do Turismo de Portugal foi muito feliz na mensagem. Um incentivo para que ninguém desista. Para superar esta interrupção forçada nas nossas vidas. Temos de ficar em casa. Esperar é a opção certa para voltarmos a seguir em frente.

Este é o tempo para combater uma crise sanitária sem paralelo. Uma crise que obriga a uma mobilização coletiva nunca vista. Tempo para que todo o investimento público seja orientado para a saúde. Não há saúde pública ou saúde privada, há apenas o esforço de todos ao serviço dos portugueses.

Da próxima vez que os profissionais de saúde fizerem greve, não sejamos ingratos. Em vez de críticas, batamos-lhes, de novo, palmas pelo que estes fizeram, no turbilhão do combate da Covid-19.

Estamos no sétimo dia de estado da coronoemergência. O silêncio das nossas praças, vilas, aldeias e cidades é estranho, mas é reconfortante. É a confirmação de que, na esmagadora maioria, o comportamento dos portugueses tem sido exemplar. Como incitava o vídeo do Turismo de Portugal, "hoje, separados, estamos mais unidos que nunca". Só com este espírito é que conseguimos vencer este pesadelo.

RUI RIO NO DEBATE DA DECLARAÇÃO DO ESTADO DE EMER

"TODOS DEVEM AJUDAR" PARA AJUDAR

Rui Rio anunciou que o PSD concorda com a declaração do estado de emergência na sequência da pandemia de Covid-19 e irá, por isso, votar favoravelmente o decreto proposto pelo Presidente da República. O Presidente do PSD reitera colaboração ao Governo neste combate, que "não é de um partido adversário, é o Governo de Portugal, que todos temos de ajudar neste momento". "No combate a esta calamidade, o PSD não é oposição, é colaboração. Neste momento, temos de ser todos soldados na disponibilidade para ajudar Portugal a vencer com o menor número de baixas possível", disse.

No debate sobre pedido de autorização da declaração do estado de emergência, dia 18, no Parlamento, Rui Rio explicou as "três razões fundamentais" para o PSD votar favoravelmente este grau do estado de exceção previsto na Constituição Portuguesa: por "uma questão de eficácia do combate", para o "Governo ter os poderes que quiser e se quiser"; para "tranquilizar os portugueses, que neste momento precisam de saber que o Governo tem os meios necessários para atuar"; e "para evitar processos judiciais" futuros, nomeadamente "pedidos de indemnização por força de inconstitucionalidade de medidas já tomadas" pelo Executivo.

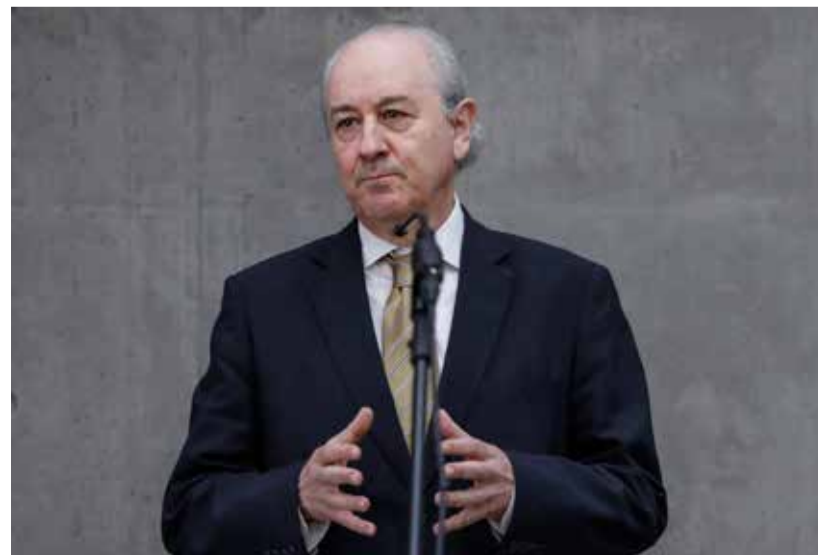
Rui Rio sublinha, no entanto, que o estado de emergência deve respeitar "o princípio da proporcionalidade", quanto à extensão, duração das medidas e dos meios a utilizar. "Usar na medida do necessário, mas não deixar de o fazer se necessário for", especificou.

O líder do PSD considera que, no momento atual, "o investimento público prioritário não são pontes, estradas ou aeroportos", mas "equipamentos para os profissionais de saúde, testes de diagnóstico e ventiladores". "Este é o investimento público absolutamente estratégico para Portugal", frisou.

Rui Rio elogiou o sentido cívico dos portugueses, que "estão a cumprir muito bem aquilo que a cada um de nós se exige" e desejou "coragem, nervos de aço e muita sorte" ao Primeiro-Ministro, porque a sorte do chefe do Governo é a sorte de Portugal.

"SITUAÇÃO COMPLICADA PARA A ECONOMIA"

Rui Rio está preocupado com os efeitos das medidas do estado de emergência na economia portuguesa, apesar de considerar que Portugal está a sair-se melhor do que outros países no controlo da pandemia de Covid-19. "O apelo que faço é que os portugueses cumpram o que está determinado e que fiquem em casa. Estamos a ganhar ao vírus, mas estamos a ganhar à custa de dificuldades económicas enormes", afirmou.



GÊNCIA

VEMOS SER SOLDADOS PAR PORTUGAL”



No final de uma sessão com apresentações técnicas sobre a “Situação epidemiológica da Covid-19 em Portugal”, no Infarmed, na terça-feira, 24 de março, o Presidente do PSD sublinhou que “para a economia, esta situação é muitíssimo dramática”, pois é difícil fazer o equilíbrio entre saúde e economia. Por isso, o Presidente do PSD defende que “quanto mais testes forem feitos, melhor, porque quanto mais cedo se verificar quem está infetado, melhor se consegue isolar essa pessoa”.

Na reunião com o Presidente da República, o Primeiro-Ministro, o Presidente da Assembleia da República, líderes partidários e um painel de especialistas, Rui Rio explicou que se os portugueses cumprirem as normas e recomendações, “como têm estado a cumprir”, “talvez” seja possível “debelar o problema de saúde mais rápido do que se esperava”.

Rui Rio admite que se venha a renovar o estado de emergência, mas será preciso monitorizar e avaliar quais as medidas a tomar, “se menos ou mais apertadas”.

FUNCIONAMENTO DO PARLAMENTO NÃO ESTÁ A RESPEITAR AS REGRAS DE DISTANCIAMENTO SOCIAL

O Presidente do PSD diz que o modo de funcionamento do Parlamento definido pela conferência de líderes, durante o estado de emergência, não “faz sentido nenhum”, já que contraria as recomendações das autoridades de saúde e descredibiliza o Parlamento. “Neste modo de funcionamento, que a conferência de líderes decidiu é assim: ou os deputados não cumprem, estão no plenário, e até podem estar lá 230 encostados uns aos outros; ou então cumprem e ao cumprir, estão a entrar, assinar e sair, que é justamente aquilo que ao longo dos tempos nós sempre criticámos. Se não pode estar no plenário, para quê que vai ao plenário, assina e sai?”, frisou.

Rui Rio justificou o abandono do plenário, na terça-feira, para dar o exemplo de que as regras de distanciamento social são para cumprir. No final do debate quinzenal,



PSD ACOMPANHA SITUAÇÃO DO PAÍS EM TEMPO REAL

O PSD vai manter-se focado em “ser parte da solução e não oposição” ao Governo no tempo crítico da pandemia de Covid-19 que Portugal atravessa. Rui Rio tem estado a trabalhar a partir de casa, no Porto, e estará no Parlamento, assim como deslocar-se-á a Lisboa sempre que a situação o justificar.

José Silvano, secretário-geral do PSD, explicou, na segunda-feira, 23 de março, que o contacto entre os membros da Comissão Permanente tem sido constante, por telefone, email e “WhatsApp” e até já foi preparada uma forma rápida de todos se reunirem por videoconferência, quando for necessário. “Todos da Comissão Permanente estamos prontos para, por solicitação do Presidente, poder reunir em qualquer momento e em qualquer local. Até agora, ainda não fizemos nenhuma reunião, mas estamos preparados”, informou.

Integra a Comissão Permanente, Rui Rio (neste caso na dupla condição de Presidente e líder parlamentar), os vice-presidentes André Coelho Lima, David Justino, Isabel Meirelles, Isaura Morais, Nuno Morais Sarmento e Salvador Malheiro, e o secretário-geral José Silvano.

Além disso, existe um outro grupo de “WhatsApp” para acompanhar, através dos deputados do PSD dos vários pontos do País, a situação a nível distrital e local, e o presidente do PSD “continua a ouvir especialistas” sobre o surto, acrescentou José Silvano.

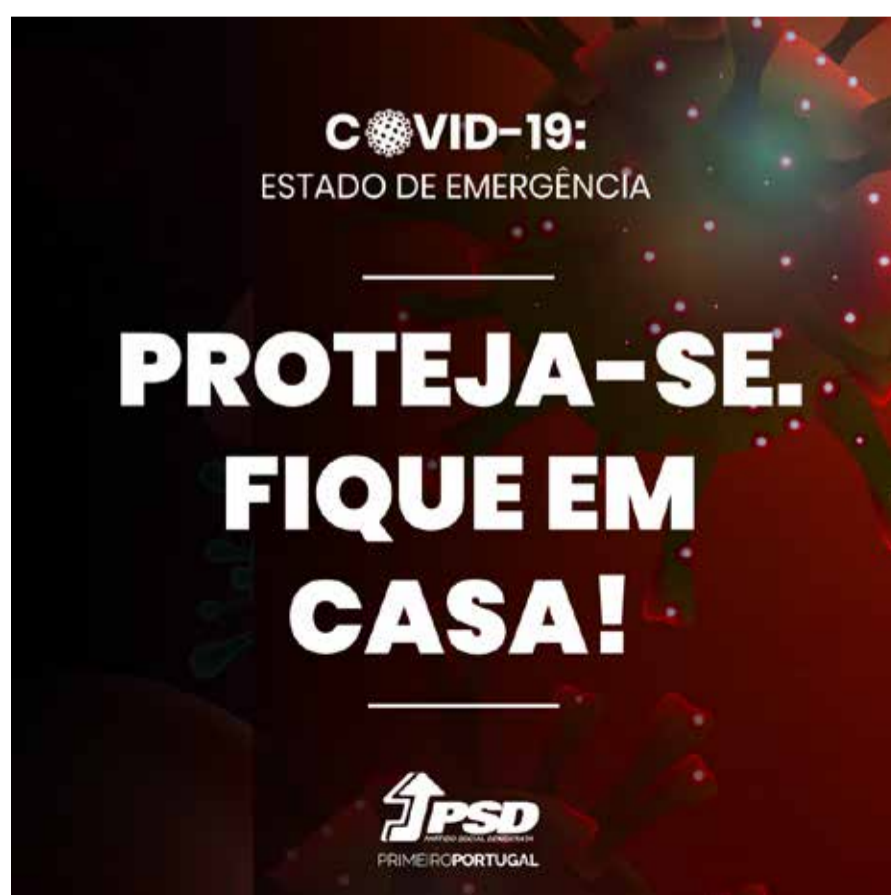
Sobre a linha de atuação PSD, o secretário-geral do PSD reafirma que a posição do PSD é aquela que o Presidente definiu no debate parlamentar que antecedeu a declaração do estado de emergência: o PSD apoiará o Governo no combate à pandemia e que, neste momento do País, o “PSD não é oposição, é colaboração”.

“Enquanto a curva continuar a subir em número de infetados e de vítimas mortais, em primeiro lugar está a saúde dos portugueses, aqui nunca seremos oposição, estaremos sempre disponíveis a ajudar para que a curva diminua. Não seremos oposição, seremos sempre solução e levamos isto à risca”, reiterou Silvano.

Com a sede nacional encerrada, mas com os colaboradores em teletrabalho, são várias as prioridades do PSD que estão adiadas, nomeadamente a preparação das eleições autárquicas do próximo ano, depois de ter sido criada a Comissão Autárquica e a realização de um Encontro Nacional de Autarcas.

“Queríamos até outubro ter concluída a parte inicial da preparação, que passava por reuniões e visitas às concelhias, antes de escolher eventuais candidatos, mas com esta situação ficou tudo suspenso”, afirmou.

Por enquanto, toda a comunicação do PSD tem estado centrada na Covid-19, por exemplo através de perguntas específicas de deputados a membros do Governo sobre situações, como a do repatriamento dos portugueses no estrangeiro ou a recente exoneração do diretor do Hospital das Forças Armadas.



PSD ENCERRA SEDE NACIONAL DURANTE ESTADO DE EMERGÊNCIA

O PSD anunciou decidiu encerrar a sede nacional, em Lisboa, durante o período de emergência nacional de forma a proteger “todos os colaboradores” da pandemia de Covid-19. “O PSD tomou a decisão de encerrar a sede nacional durante o período de emergência nacional. Esta é mais uma medida para proteger todos os colaboradores, estando já a maioria em regime de teletrabalho desde o início da semana”, anunciou o partido, num comunicado divulgado na sua página e redes sociais.

O PSD salienta que “desde a primeira hora” tinha adotado práticas para uma prevenção em relação ao coronavírus, como “a dispensa de picar o ponto com o uso de dados biométricos, a distribuição de álcool em gel pelos corredores, e a adoção das várias medidas recomendadas pela Direção-Geral da Saúde”.

“A sede permanecerá encerrada durante 15 dias, sendo a possível reabertura avaliada no fim deste período”, acrescenta ainda o comunicado.

Portugal encontra-se em estado de emergência desde as 00h00 de quinta-feira e até às 23h59 de 2 de abril (podendo ser renovado), depois de a Assembleia da República ter aprovado no dia 18 de março, o decreto que lhe foi submetido pelo Presidente da República após parecer favorável do Governo.



Acompanhe-nos no dia-a-dia...

PSD
TV



**Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade
do PSD**



**Noticiário semanal todas
as sextas-feiras**

CONHEÇA O DIRETOR DO “POVO LIVRE” E OS SECRETÁRIOS-GERAIS ADJUNTOS

A Comissão Política Nacional, reunida no dia 18 de março de 2020, aprovou por unanimidade José Cancela Moura como diretor do “Povo Livre” e Hugo Carneiro, Francisco Lopes Figueira e João Montenegro como secretários-gerais adjuntos do Partido, que iniciam funções no dia 1 de abril de 2020.



JOSÉ CANCELA MOURA

José Cancela Moura nasceu na freguesia de Crestuma, Vila Nova de Gaia, em 27 de julho de 1963.

Casado, pai de uma filha. É licenciado em Direito. Pós-Graduado em Gestão Desportiva, na Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física e em Gestão Estratégica do Património da Administração Pública e Autárquica.

Advogado, com escritório em Vila Nova de Gaia, foi jurista e assessor jurídico de negócios do agora Banco Santander Totta, entre 1997 e 2004 e mais tarde, em 2006.

Docente da cadeira de Legislação das Atividades Físicas e Desportivas, entre 2002 e 2005, no âmbito do Curso de Pós-Graduação de Gestão do Desporto na Escola Superior de Educação Jean Piaget, Campus de Vila Nova de Gaia.

Foi presidente do Conselho de Administração da Gaianima – Equipamentos Municipais, EM, entre 2001 e 2003. Entre 2001 e 2005, exerceu as funções de Vereador da Câmara Municipal de Gaia, com a tutela dos Pelouros do Desporto, Educação, Ação Social, Turismo, Parques Industriais e Atividades Económicas e ainda dos Recursos Humanos, Administração Geral, Património, Expropriações, Promoção do Desenvolvimento e a representação do Município junto do Eixo Atlântico.

Foi candidato à presidência da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, liderando a Coligação “Gaia de Novo”, do PSD e do CDS-PP, nas Eleições Autárquicas de outubro de 2017, município onde, desde então, exerce as funções de Vereador, na oposição e sem pelouros. Foi adjunto do secretário de Estado do Emprego dos XIX e XX Governos Constitucionais, entre 2014 e 2015 e é atualmente deputado à Assembleia da República, eleito pelo Círculo do Porto. Foi Juiz do Tribunal Arbitral do Desporto, entre 2015 e 2019 e é Presidente do Conselho de Justiça da Federação de Ginástica de Portugal, desde 2012.

Militante do PSD, desde janeiro de 1981, foi presidente da Comissão Política da Concelhia da JSD de Gaia e exerce, desde dezembro de 2015, as funções de presidente do PSD de Vila Nova de Gaia, secção que também já havia liderado entre 2000 e 2002.

É desde 2018 Vice-Presidente da Comissão Política Distrital do PSD do Porto.



HUGO CARNEIRO

Hugo Miguel de Sousa Carneiro nasceu em 20 de maio de 1982.

É licenciado em Economia pela Universidade do Porto e em Direito pela Universidade Católica, onde foi bolseiro de mérito.

Detém uma especialização em Direito das Autarquias Locais pela Universidade do Minho e é pós-graduado em Direito Fiscal pelo IDEFF – Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Trabalhou cinco anos na banca comercial (2005-2010) e três anos como adjunto do Presidente da Câmara Municipal do Porto (2010-2013).

Foi presidente da Direção Associação de Empresários para o Desenvolvimento do Turismo Cultural do Porto e Região, Porto (Portugal) e é técnico superior do Banco de Portugal (desde 2013, encontrando-se afastado para o exercício do mandato de deputado).

É secretário-geral adjunto do PSD (2018 até ao momento), professor na Universidade Católica onde tem lecionado matérias sobre o Direito Empresarial (desde 2016) e deputado à Assembleia da República (eleito em 2019), integrando a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias (suplente), a Comissão de Orçamento e Finanças e a Comissão de Trabalho e Segurança Social (suplente).

Fez voluntariado com os sem-abrigo no Porto com a Ordem dos Jesuítas e com as Missionárias da Caridade em Chelas, em Lisboa. Colaborou na criação do Programa Aconchego, uma parceria entre a Federação Académica do Porto e a Câmara Municipal do Porto, programa que permitiu que estudantes deslocados ficassem a residir na casa de idosos.

No início do percurso académico exerceu os seguintes cargos: presidente da Associação de Estudantes da Faculdade de Economia do Porto, vice-Presidente da Federação Académica do Porto e presidente do Conselho Fiscal da Federação Académica do Desporto Universitário (FADU).



FRANCISCO FIGUEIRA

Advogado, de 39 anos, é presidente da Secção de Évora do PSD, desde a 19 de junho de 2018.

Foi mandatário distrital da candidatura de Rui Rio à liderança do PSD. É vice-presidente da Distrital de Évora do PSD e da Associação Nacional dos Jovens Advogados Portugueses. No seu currículo político, com mais de vinte anos de militância na secção de Évora, foi autarca, durante dois mandatos, na Assembleia de Freguesia da Senhora da Saúde, e dirigiu a JSD do Distrito de Évora, tendo sido, igualmente, naquela estrutura, secretário-geral Adjunto da Comissão Política Nacional. Foi conselheiro nacional do PSD.



JOÃO MONTENEGRO

Natural de Cinfães, João Carlos Araújo Rego Montenegro nasceu em 17 de dezembro de 1977.

É casado, pai de uma filha. É consultor empresarial de profissão, foi administrador de várias empresas, entre 2018 e 2019. Foi ainda gestor de conta de uma instituição bancária (agosto de 1999 a março de 2010).

Foi secretário-geral adjunto do Partido Social Democrata (março de 2016 a outubro de 2018), assessor do Primeiro-Ministro nos XIX e XX Governos Constitucionais (agosto de 2014 a novembro de 2015), adjunto do Primeiro-Ministro no XIX Governo (junho de 2011 a julho de 2014) e assessor do Presidente do PSD (abril de 2010 a maio de 2011). Na JSD, foi secretário-geral (2007-2008) e vice-presidente (2005-2007). É membro do Conselho Nacional do PSD (desde 2005). No plano associativo, foi fundador da Associação Civicus e presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Casa do Minho em Lisboa.

COVID-19

PSD PROPÕE À COMISSÃO EUROPEIA COMPRA DE “KITS” DE TESTE E MASSIFICAÇÃO DE RASTREIOS



Os deputados do PSD no Parlamento Europeu questionaram, na sexta-feira, 20 de março, a Comissão Europeia sobre a possibilidade de lançar um concurso específico para aquisição de “kits” de teste para rastreio da Covid-19, que assegure os fluxos de fornecimento necessários a todos os Estados-membros.

Esta interpelação à Comissão vem na sequência da recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS), que insta os países a adotarem políticas de rastreio em massa, dando como exemplo as ações cumpridas pelas autoridades chinesas e sul-coreanas e apontando para os dados resultantes dos estudos às cadeias de transmissão do vírus. “Os dados disponíveis mostram-nos que cerca de dois terços dos contágios decorrem de contactos com pessoas que ainda não manifestavam qualquer sintoma. Esta é uma situação muito preocupante e que justifica o alargamento em massa dos rastreios à Covid-19”, afirma Lídia Pereira, eurodeputada, membro da comissão parlamentar de Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar.

O boletim divulgado na passada quarta-feira pelo Centro Europeu de Prevenção (ECDC) secundariza a importância de alargar a aplicação de testes a pessoas que não evidenciem sintomas. A eurodeputada social-democrata entende que os critérios propostos por este organismo “pretendem otimizar o reduzido número de ‘kits’ de teste disponíveis na maioria dos Estados-membros” e que por isso “deve ser lançado um concurso específico para uma aquisição massiva de kits de teste”.

A Comissão Europeia anunciou esta semana o segundo pacote de aquisição conjunta de medicamentos, equipamentos médicos e de proteção individual e “kits” de teste e anunciou a criação de uma reserva europeia comum, a criar no quadro do Mecanismo europeu de proteção civil (rescEU) e que visa colmatar a falta de material com que muitos Estados-membros se deparam.

“Neste momento as disparidades são muito evidentes, mesmo entre os Estados-membros onde os números são mais preocupantes e onde estão ativas várias cadeias de transmissão comunitária. A Alemanha já testou mais de 160 mil pessoas, ultrapassando a própria Itália. Mas na Espanha, que é o segundo país com mais mortes registadas na Europa, estima-se que ainda só tenham sido realizados cerca de 30 mil testes”, explica Lídia Pereira.

Perante a aplicação de medidas semelhantes por parte dos Estados-membros, o diretor-geral da Organização Mundial de Saúde, Tedros Ghebreyesus, alerta que “não se pode combater um incêndio com os olhos vendados e que não dá para vencer esta pandemia se não soubermos quem está infetado”.

QUESTÃO ENVIADA À COMISSÃO EUROPEIA PELOS SEIS EURODEPUTADOS DO PSD

A Comissão pretende manter as indicações da ECDC ou adotar a recomendação da OMS?

Se sim, a Comissão pondera lançar um pacote específico de aquisição de kits de teste para assegurar fluxos de fornecimento adequados às necessidades de cada Estado-Membro?

COVID-19:
ESTADO DE EMERGÊNCIA

**Doentes ou em situação
de vigilância ativa:**

**ISOLAMENTO
OBRIGATÓRIO**

PSD
PRIMEIRO PORTUGAL

PSD APRESENTA SOLUÇÕES PARA COLMATAR LACUNAS DA PROPOSTA DO GOVERNO PARA A JUSTIÇA

Perante a situação epidemiológica provocada pelo Covid-19 e para colmatar algumas lacunas que decorrem das medidas excecionais e temporárias estabelecidas pelo Governo para a área da justiça (Proposta de Lei n.º 17/XIV71, do Governo), os deputados do PSD acabam de entregar, no Parlamento, um conjunto de alterações referentes a prazos e diligências processuais.

O PSD entende que não ficaram acautelados os prazos e diligências da competência de outros órgãos de soberania, tais como o Tribunal Constitucional, o Tribunal de Contas e demais órgãos jurisdicionais.

Os deputados social-democratas introduzem outra adenda, matéria olvidada pelo diploma inicial do Governo, que é a possibilidade da “prática de quaisquer atos processuais e procedimentais através de meios de comunicação à distância adequados, designadamente por teleconferência ou videochamada”, sempre que “tecnicamente viável”.

Nesta iniciativa, subscrita pelos deputados Carlos Peixoto, Mónica Quintela, Catarina Rocha Ferreira e Hugo Carneiro, o PSD defende também o alargamento dos “prazos máximos de prescrição e caducidade”, que “são alargados pelo período de tempo em que vigorar a situação excecional relativa às medidas de prevenção, contenção, mitigação e tratamento da infeção epidemiológica” atual.

Além disso, segundo o PSD, “após o termo da situação excecional” que estamos a viver, a Assembleia da República procederá “à adaptação, por lei, dos períodos de férias judiciais a vigorar em 2020”.



MALÓ DE ABREU SOBRE OS PORTUGUESES RETIDOS NO ESTRANGEIRO

“NINGUÉM PODE FICAR PARA TRÁS”



António Maló de Abreu manifestou preocupação com os portugueses que se encontram no estrangeiro neste momento de pandemia. Na audição do ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, requerida pelo PSD, sobre o Covid-19 e o apoio aos portugueses que se encontram no estrangeiro, o deputado social-democrata frisou que “o nosso comprometimento é a de que não deixamos ninguém para trás, nem o mais idoso que está sozinho numa aldeia perdida de Trás-os-Montes, nem um português num canto qualquer do fim do mundo”.

Para Maló de Abreu este momento “exige uma grande entrega, uma superior humanidade e exige também prontidão”, adiantando o deputado que o objetivo do PSD com o agendamento desta audição é o de tranquilizar os portugueses que estão no estrangeiro e que querem regressar a qualquer momento.

Ao ministro dos Negócios Estrangeiros, o social-democrata reiterou o que já tinha sido dito por Rui Rio no debate da declaração do Estado de Emergência: “no combate à Covid-19 e a esta calamidade, o PSD não é oposição, está para colaborar, é colaboração. Este é o Governo de Portugal, não é o governo de um partido adversário.” Contudo, adiantou o deputado, temos de ter governo, “os portugueses têm de saber que está atento e a tratar deles”.

Sublinhando que em tempos de crise a primeira vítima, muitas vezes, é a verdade, Maló de Abreu fez eco das queixas dos portugueses que estão no estrangeiro e que reclamam que há serviços que são mínimos, há ausências e descoordenações.

Face ao elevado número de portugueses no estrangeiro a aguardarem regresso a casa, o PSD quis ouvir, no Parlamento, com carácter de urgência, o ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.

PSD QUER EXPLICAÇÕES SOBRE A EXONERAÇÃO DO DIRETOR DO HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS



O PSD quer conhecer os motivos da “repentina e inesperada” exoneração do diretor do Hospital das Forças Armadas, numa altura em que Portugal está a tentar fazer face à pandemia de Covid-19.

Numa pergunta enviada ao Ministério da Defesa Nacional, os deputados social-democratas perguntam se o Governo “teve conhecimento antecipado” da decisão do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, almirante Silva Ribeiro, de exonerar o diretor do Hospital das Forças Armadas e se “concorda com esta demissão”. “Que motivos justificam a exoneração do Brigadeiro-General Fazenda Afonso Alves num momento em que o País está em estado de emergência”, pergunta o PSD.

Para os parlamentares social-democratas, esta exoneração “acontece num momento deveras difícil para o País, devido ao surto da Covid-19 e pouco tempo depois de ter sido declarado o estado de emergência em Portugal”.

“Sabendo que os pólos de Lisboa e do Porto do Hospital das Forças Armadas estão na linha de apoio ao sistema nacional de saúde no combate à Covid-19, mais difícil se torna compreender uma decisão que em nada contribui para a estabilidade desta instituição”, referem.

A substituição do brigadeiro-general Eduardo Branco pelo coronel Rui Teixeira de Sousa como diretor do Hospital das Forças Armadas foi conhecida na passada sexta-feira.

COVID-19:
ESTADO DE EMERGÊNCIA

População com + 70 anos ou doentes crónicos:

- Ir ao supermercado, padaria, talho, peixaria e similares
- Pequenos passeios
- Ir passear o animal de companhia
- Ir ao Banco, CTT ou Centro de Saúde

PSD
PRIMEIRO PORTUGAL

COVID-19:
ESTADO DE EMERGÊNCIA

População geral:

- Exercer atividade profissional
- Assistência a familiares
- Aquisição de bens
- Passear animais de companhia
- Ir ao Banco, CTT ou Centro de Saúde
- Pequenos passeios com crianças
- Prática de exercício físico em grupo de duas pessoas

PSD
PRIMEIRO PORTUGAL

PSD/MATOSINHOS QUER CENTRO DE RASTREIO E TESTES GRATUITOS EM LARES

O PSD/Matosinhos defende a criação de um ou dois centros de rastreio à Covid-19 em equipamentos municipais, e a realização de testes gratuitos aos utentes e colaboradores dos lares de idosos e de pessoas com deficiência.

Em comunicado, os social-democratas pedem a dotação do Programa Municipal de Emergência Social em um milhão de euros e a isenção da componente fixa da tarifa de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos às empresas e comércio que encerraram na sequência da declaração de estado de emergência.

Além destas medidas, a secção liderada por Bruno Pereira pede a reapreciação dos apoios previstos para as iniciativas agendadas para este ano, nomeadamente o Rali de Portugal, festivais e recriações históricas, assim como a atribuição de subsídios à atividade de instituições como a Associação Casa da Arquitetura.

“Muitas destas iniciativas não se vão realizar ou não se vão realizar nos termos e com a dimensão prevista, pelo que libertarão o orçamento municipal em alguns milhões de euros”, sublinha.

Outra proposta passa pela criação de um cheque oferta para os munícipes consumirem no comércio local, através da devolução de parcela do Imposto Municipal sobre Imóveis.

Na nota, o PSD realça também a necessidade de o executivo municipal, liderado pela socialista Luísa Salgueiro, rever os grandes investimentos previstos no orçamento, porque “uma crise como a que vivemos deve implicar uma revisão de prioridades e consequente libertação de parte significativa dos recursos municipais para aplicar no que é prioritário”.

Possibilitar o pagamento das rendas e prestações de regularização de dívidas das famílias residentes em habitação social referentes aos meses de abril, maio e junho em seis



prestações mensais nos meses seguintes é outra das sugestões apontadas pelo PSD local.

No conjunto das medidas para fazer face à crise desencadeada pelo novo coronavírus, o PSD/Matosinhos sugere a criação de um programa municipal de aquisição de equi-

pamentos, com dotação orçamental anual, para a proteção civil, corporações de bombeiros, unidades locais de saúde e forças policiais, e um programa de apoio e atração de pessoas ao setor da restauração, a arrancar logo no final da crise sanitária.

CÂMARA DA GUARDA DISPONIBILIZA EDIFÍCIO PARA DOENTES EM RECUPERAÇÃO



A Câmara Municipal da Guarda disponibiliza o edifício do antigo Centro Apostólico, que foi arrendado à Diocese, para acolher doentes da Covid-19 em recuperação. “Estando o Hospital Distrital da Guarda ativado como unidade de segunda linha para contenção da infeção e tratamento dos infetados pela Covid-19 e visto que entrámos numa fase de crescimento exponencial da epidemia, a Câmara Municipal da Guarda já tem disponível todo o imóvel do antigo Centro Apostólico para, caso se justifique, instalar doentes infetados com o coronavírus que estejam em recuperação”, refere a autarquia em comunicado.

O edifício do antigo Centro Apostólico, que foi arrendado pela autarquia à Diocese da Guarda, “tem capacidade para 80 pessoas” e “será prontamente disponibilizado” logo “que as necessidades do Hospital da Guarda assim o justifiquem”.

O município esclarece que a medida “está a ser executada em estreita articulação com a administração da Unidade Local de Saúde da Guarda”.

Portugal encontra-se em estado de emergência desde as 00h00 de quinta-feira e até às 23h59 de 02 de abril de 2020.

BOLIEIRO PROPÕE SEGUNDA EQUIPA NA UNIDADE DE EVACUAÇÕES AÉREAS

O presidente do PSD/Açores propôs a constituição “urgente” de uma segunda equipa na Unidade de Evacuações Aéreas sediada no Hospital do Santo Espírito da Ilha Terceira, como forma de reforçar os meios necessários no combate à pandemia de Covid-19.

“Presentemente, nos Açores só existe uma equipa escalada para efetuar todas as evacuações médicas, quer sejam inter-ilhas, quer sejam para o exterior. O PSD/Açores considera urgente a criação de uma segunda equipa na Unidade de Evacuações Aéreas sediada no Hospital do Santo Espírito da Ilha Terceira”, afirmou José Manuel Bolieiro, em conferência de imprensa, dia 17.

De acordo com líder dos social-democratas açorianos, “a segunda equipa de evacuação será constituída por um médico e um enfermeiro, a funcionar preferencialmente em regime de prevenção, tal como acontece com a equipa atualmente existente”.

José Manuel Bolieiro propôs também que o Governo Regional constitua uma “equipa de vigilância permanente” da aplicação das medidas de combate ao surto do novo coronavírus. “Essa equipa terá como missão verificar no terreno se as medidas decretadas pelo Governo Regional estão a ser cumpridas, designadamente o preenchimento dos questionários de avaliação do risco e deteção precoce por todos os passageiros vindos do exterior”, explicou.

O presidente do PSD/Açores lembrou igualmente as medidas de prevenção que o PSD/Açores já apresentou, nomeadamente a criação de um Sistema Regional de Alerta e Vigilância, a implementar em todas unidades de saúde do arquipélago e no setor do Turismo através de um questionário de avaliação do risco e deteção precoce, e de uma solução para a recolha de amostras para teste a eventuais infeções pela Covid-19, evitando assim o transporte de casos suspeitos para o Hospital da Ilha Terceira.

O líder social-democrata manifestou ainda preocupação com o facto de a recolha de amostras de material biológico para testes “não estar totalmente implementada, apesar dos esforços das autoridades de saúde”, o que levou a que algumas pessoas suspeitas de infeção tivessem ficado várias horas em casa à espera que a recolha de amostras fosse efetuada, o que nunca aconteceu.

“Outra questão que preocupa o PSD é a forma como se está a processar a chegada ao aeroporto de Ponta Delgada de passageiros açorianos em trânsito para outras ilhas. Não se pode repetir o que se passou esta noite, em que passageiros vindos de Lisboa com destino à ilha do Pico foram deixados à sua sorte a dormir no aeroporto de Ponta Delgada. Foram deixados sem apoio para o cumprimento da exigência de quarentena.



José Manuel Bolieiro apelou ainda para que “esta situação inédita possa servir para capacitar o Serviço Regional de Proteção Civil para enfrentar eventos deste género no futuro”, lembrando que aquela entidade “evoluiu imenso após a aprendizagem que teve nas calamidades que ocorreram na região”.

SISTEMA REGIONAL DE ALERTA À COVID-19



Mónica Seidi, deputada do PSD/Açores, defende a criação de um sistema regional de alerta e vigilância da Covid-19, a implementar em todas unidades de saúde do arquipélago, estabelecimentos de ensino e no setor do Turismo.

Segundo a deputada social-democrata, um instrumento fundamental para este sistema regional “é o questionário de avaliação do risco e deteção precoce, a preencher pelos utentes dos hospitais e centros de saúde, estabelecimentos de ensino e outras entidades públicas em que haja atendimento ao público, bem como pelos hóspedes das unidades hoteleiras”.

A parlamentar falava durante uma audição da secretária Regional da Saúde na Comissão de Assuntos Sociais, em que foram debatidas as medidas de prevenção e proteção definidas para o surto do novo coronavírus.

“Caso a pessoa inquirida responda afirmativamente a pelo menos um critério epidemiológico e a um critério clínico, está identificado um potencial risco. A unidade de saúde, estabelecimento de ensino ou alojamento hoteleiro deve de seguida contactar a Linha Saúde Açores”, explicou.

Mónica Seidi acrescentou que o questionário de avaliação do risco e deteção precoce da Covid-19 “pode ser preenchido diretamente online, ficando imediatamente acessível às autoridades de saúde, ou descarregado em PDF e preenchido manualmente, devendo ser depois encaminhado para as entidades competentes”.

“O sistema regional de alerta e vigilância que propomos para as unidades de saúde e, estabelecimentos de ensino e no setor do turismo vai reforçar a capacidade de deteção precoce de situações que constituem uma ameaça à saúde pública”, concluiu.





Edição n.º 1350 do "Povo Livre" | de 14 de janeiro de 2004

"Visita de trabalho do Primeiro-Ministro aos distritos do Porto e Braga". Durão Barroso iniciava, no dia 10 de janeiro de 2004, uma visita de quatro dias, numa ação sob o lema "Governação no Norte", dedicada a temas como a justiça, o ambiente, a descentralização, os transportes e as questões sociais.

CONVOCATÓRIAS DO PSD**RECEÇÃO**

Terça-feira até 12h00
Para: Fax: 21 3973168
email: convocatorias@psd.pt

CONVOCATÓRIAS DA JSD**RECEÇÃO**

Segunda-feira até 18h00 | email: tere-
sa.santos@jsd.pt

SUSPENSÃO DE PUBLICAÇÃO DE CONVOCATÓRIAS

Face às recomendações das autoridades sanitárias relativamente à contenção da Covid-19, a Comissão Política Nacional tomou a decisão de recomendar a todas as estruturas do PSD que não realizem reuniões ou assembleias até nova orientação, culminando em duas deliberações, com caráter obrigatório, do Conselho de Jurisdição Nacional. Fica, por isso, suspensa a publicação de todas as convocatórias de reuniões e atos eleitorais no “Povo Livre” até data oportuna.